timor leste

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO X PREÇO AVULSO: 100$00 Nº 106 NOVEMBRO 1994

OUSARAM

Apesar das ameaças e das "limpezas", um grupo de timorenses ousou "pôr um pauzinho na engrenagem". Um novo impulso para a causa de libertação de Timor Leste.

Decorreu em Jacarta, de 11 a 15 de Novembro, a reunião da *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC).

Criada em 1989, a APEC é hoje responsável por 40% do comércio mundial e quase 50% da sua população.

A realização do encontro deste ano assumia um particular significado. Em cima da mesa havia uma proposta elaborada por um conjunto de "notáveis" escolhidos pelos países membros, proposta esta que, nas suas linhas gerais, apontava para a criação de um espaço regional de circulação livre de mercadorias e de capitais a ser atingido em 2020. As posições dos Estados - se bem que não questionando este objectivo genérico de princípio - não eram, porém, unânimes: a Malásia e a China opunham-se à fixação de um calendário e de medidas que condicionassem o ritmo de desenvolvimento das economias nacionais, enquanto os EUA defendiam uma postura mais balizada e interventora na construção deste grande mercado regional. No balancear entre estas posições propunha-se o regime indonésio jogar um papel "paternal" de conciliador de posições, reforçando a sua imagem de peça-chave ao progresso na região. Nas vésperas dos inícios dos trabalhos, o ministro do comércio australiano, Bob McMullan, declarava aos jornalistas: "*o Presidente Suharto é uma figura muito importante na região, empenhou-se muito nesta proposta* [de criação de uma zona de comércio livre], *e tem o forte apoio de outros, incluindo a Austrália.*"

Num ponto, porém, estavam todos de acordo: na agenda, a questão dos direitos humanos e a sua ligação com as políticas de desenvolvimento estava nitidamente a mais. E alguns dos participantes, antes de partirem para Jacarta, foram bem claros a dizê-lo. E as autoridades indonésias bem se esforçaram para arranjar o enquadramento adequado.

"QUE NINGUÉM TENTE..."

"*Que ninguém tente criar distúrbios durante a reunião da APEC no próximo mês. Sabemos tudo. Temos 5.000 agentes de segurança prontos a salvaguardar a reunião da APEC. Ninguém deve tentar usar a situação com vista a desacreditar a nação indonésia aos olhos do mundo organizando manifestações, distribuindo panfletos e cartazes ou fazendo greves. Trataremos todos os que provocarem distúrbios durante a APEC não como simples criminosos mas como traidores cujo nível de patriotismo e de nacionalismo atingiu o ponto mais baixo da escala.*" O autor deste discurso é o comandante militar de Jacarta, o Major-General Hendropriyono (*Kompas*, 26/10/94).

Organizações de defesa dos direitos humanos, como a Amnistia Internacional e a *Human Rights Watch/Asia*, alertaram para a "limpeza" - social e política - a que as autoridades de Jacarta meteram mãos nas semanas que antecederam a cimeira. Vivia-se na capital indonésia uma situação de pré-estado de sítio, com a TV a bombardear os telespectadores com *spots* mostrando os militares a patrulhar as ruas da cidade, tanques do exército ocupando pretensas posições estratégicas e outros aparatos bélicos intimidatórios.

Mas, na sombra, havia quem não estivesse intimidado e pensasse em aproveitar a ocasião para "*pôr um pauzinho na engrenagem*".

IMPOR A QUESTÃO

Primeiro em Jacarta - com a invasão e ocupação no dia 12 de Novembro dos jardins da embaixada dos EUA naquela cidade - depois em Díli - com a explosão de cólera no dia 13, que levou a confrontos físicos violentos com os ocupantes - o problema de Timor voltou às primeiras páginas da imprensa mundial, para grande desespero das autoridades indonésias

neste número:

APEC: OUSARAM

INDONÉSIA: DIALOGAR COM QUEM?

X.GUSMÃO: UM POVO, UMA PÁTRIA

e grande irritação daqueles que os apoiam (o comportamento de Gareth Evans, ao ser questionado pelos jornalistas, não podia ser mais explícito deste estado de espírito).

Se bem que seguindo caminhos diferentes - o de Jacarta obedecendo a uma estratégia pensada, o de Díli representando uma revolta espontânea - ambos vieram subverter os "*planos dos tiranos*" para a reunião da APEC. Como titulava o *International Herald Tribune* (15/11/94), estes acontecimentos vieram "*impor a questão dos direitos humanos*" à cimeira.

Dois aspectos ressaltam na iniciativa da Resistência timorense em Jacarta. Um diz respeito à sua oportunidade, mediática e política. Mediática, porque - tirando partido dos cerca de 2.000 jornalistas presentes para acompanharem os trabalhos da APEC - a questão atingiu uma dimensão nunca alcançada, superior à que tinha ocorrido aquando do massacre de Santa Cruz, aparecendo nas primeiras páginas dos mais importantes diários e revistas, na abertura dos noticiários das mais importantes cadeias de televisão, a nível regional e mundial. A própria imprensa indonésia aproveitou a abertura momentânea - e porque era impossível escondê-lo, com todo o aparato que o envolveu, aos olhos da sociedade indonésia - e ecoou largamente o desenrolar dos acontecimentos. Política, pelo país escolhido, os EUA, considerado hoje como a única superpotência do nosso planeta e com uma política externa com bastantes fragilidades, nomeadamente naquela área.

O outro aspecto diz respeito à articulação crescente dos objectivos políticos da Resistência timorense com os do movimento pró-democracia indonésio, base de uma política de alianças em construção. Na carta que endereçaram a Clinton, os ocupantes da embaixada não deixaram fechar o problema de Timor em meia ilha mas abriram a frente contra o seu inimigo fazendo a ponte para os "humilhados e ofendidos" da sociedade indonésio. Por isso pediram ao Presidente dos EUA "*para lembrar ao Presidente Suharto 1- que existem presos políticos indonésios de avançada idade e que já não podem mexer-se e que necessitam de ser contemplados por uma amnistia, 2 - que existem presos políticos indonésios com quase trinta (30) anos cumpridos, a quem continua a pesar a condenação à morte*" e apelavam-lhe "*para pressionar Jacarta 1- no sentido de reconhecer o direito de organização, de reunião e de expressão aos trabalhadores indonésios e 2 - pela libertação dos líderes sindicalistas Mochtar Pakpahan e Amosi cujos únicos crimes são a defesa dos interesses da classe operária.*"

INICIATIVAS

Assim que foram conhecidas em Portugal as notícias dos acontecimentos de Jacarta e de Díli, desencadeou-se de imediato um movimento de solidariedade.

No dia 13 a CDPM apelou ao Presidente da República para que interviesse junto de Bill Clinton, pressionando-o a intervir activamente na defesa dos direitos do povo de Timor Leste e a garantir a segurança não só dos que tinham conseguido entrar nas instalações da embaixada como, sobretudo, dos que foram presos quando se preparavam para participar naquela iniciativa. Apelo semelhante foi dirigido ao PM Cavaco Silva.

No dia 15, e também por iniciativa da CDPM, 47 organizações da sociedade civil portuguesa - entre as quais as centrais sindicais, vários sindicatos de professores, associações de estudantes universitários, organizações cristãs e culturais, a Associação Nacional de Municípios e a banda *rock* "Xutos e Pontapés" - escreveram ao Secretário-Geral das Nações Unidas onde, atendendo a que "*a prática sistemática de terror e o massacre de Santa Cruz perpetrado pelas Forças Armadas da Indonésia há precisamente três anos fazem recear a intensificação da repressão sobre os timorenses em Timor e na Indonésia logo que acabe a cimeira da APEC e se afastem os jornalistas estrangeiros*", apelam a que:

- seja enviado "*com urgência um representante especial para Timor Leste e providencie o rápido estabelecimento de uma representação permanente no território*";

- sejam desenvolvidos "*todos os esforços ao seu alcance no sentido da libertação incondicional de todos os presos políticos timorenses*";

- e, finalmente, que "*integre plenamente os representantes, e em particular Xanana Gusmão, nas negociações em curso sob os auspícios da ONU.*"

FECHAR OS OLHOS DO MUNDO

O regime indonésio, como qualquer poder autoritário, tem uma enorme dificuldade em gerir as suas relações com a imprensa, particularmente a internacional.

Em Setembro, o ministro Harmoko anunciou que não haveria restrições ao trabalho dos jornalistas estrangeiros que se deslocassem à Indonésia para cobrir a APEC, incluindo o acesso a Timor Leste, pois como dizia o ministro, Jacarta não tem nada a esconder, podendo mesmo os relatos dos jornalistas ajudar a combater a campanha de falsidades sobre aquele território desde que fossem baseados no que chamou de "*factos*".

Mas os acontecimentos em Jacarta e em Díli levaram as autoridades a fazer marcha atrás. Começaram então a exigir autorizações escritas e a pressionar os homens da informação presentes em Díli para abandonarem o território. Por fim, responsabilizaram-nos pelo sucedido e lançaram-se numa "caça às bruxas" com especial predilecção pelos homens da imagem. Os primeiros quatro jornalistas expulsos foram dois fotógrafos da *Associated Press*, um fotógrafo da *Reuter* e um operador de vídeo trabalhando para a agência noticiosa de televisão *WTN* da Austrália.

Outro exemplo: na tarde de 12 de Novembro, os jornalistas Allan Nairn e Amy Goodman foram presos quando tentavam passar a fronteira de Timor indonésio para Timor Leste. Detidos durante 20 horas, acabaram por ser enviados para Jacarta. Depois de notificarem as autoridades, voaram da capital indonésia para Díli. Mas quando o avião fez escala em Bali foram obrigados a sair do aparelho com o aviso de que poderiam ir a todo o lado na Indonésia, excepto Timor Leste. Acabaram por entrar no território mas clandestinamente.

Uma curiosidade final: antecedendo a conferência de imprensa do Presidente Suharto no fim dos trabalhos da APEC, os homens do Ministério da Informação indonésio fizeram distribuir pelos jornalistas presentes a lista das questões que não podiam ser levantadas. Obviamente que Timor Leste era uma delas. Não foi isso, porém, que impediu Suharto de ser questionado sobre o assunto, com evidente mal-estar e irritação da sua parte. Acabou por balbuciar, de acordo com os relatos, algo ininteligível e finalizando a anunciar que uma conferência sobre Timor estava em marcha.

DIALOGAR COM QUEM?

O debate sobre o diálogo com os timorenses alarga-se na Indonésia. Mas, dialogar com quem? O Professor Aditjondro responde.

George Aditjondro, um conceituado professor na Universidade indonésia de Salatiga, tornou-se internacionalmente conhecido ao contestar publicamente os números oficiais do massacre de Santa Cruz em Díli.

Empenhado numa solução política justa para o problema de Timor, deu a entrevista que se segue ao semanário *Sinar*, publicada em 19 de Novembro de 1994.

"Sinar: O que pensa do Presidente [Suharto] *se mostrar disposto a dialogar com timorenses anti-integracionistas?*

Aditjondro: É um desenvolvimento positivo na sequência do encontro do MNE Alatas com os dirigentes timorenses. Eu não gosto de os referir como dirigentes anti-integração. Prefiro designá-los de dirigentes do movimento de Timor Leste. É melhor para nós dar-lhes uma designação positiva do que apelidá-los de anti-integração. (...).

S: Considera o termo anti-integração passível de objecção?

A: Bem, nunca houve nenhuma integração, portanto a que é que se refere o "anti"? Prefiro falar de movimento de Timor Leste. (...) [que] *tem os seus dirigentes. Penso ser um grande erro considerar Abílio Araújo um representante do movimento de Timor Leste. Ele foi expulso da Fretilin porque se envolveu em diplomacias secretas com Ali Alatas sem a aprovação do seu partido. É totalmente falso ver em Abílio Araújo um dirigente na posição de se encontrar com o Presidente. Julgo que a única pessoa com quem o Presidente se deveria encontrar é Xanana Gusmão. (...).*

S: Então, o que acha que deveria acontecer?

A: A Indonésia deveria cingir-se à sua própria Constituição. Lembro sempre o seu Preâmbulo: "A Independência é o direito de todos os povos e, por isso, o colonialismo deverá ser erradicado da terra". *O desafio à Indonésia é o de pôr em prática, aqui na nossa parte do mundo, o espírito da Constituição. (...).*

S: Então, o que é que deveria ser feito agora?

A: Acho que já houve um bom começo. Alatas encontrou-se com Ramos-Horta e os seus companheiros em Nova Iorque e Lopes da Cruz disse que o Presidente se quer encontrar com os dirigentes do movimento de Timor Leste. Gostaria de apelar ao Presidente para seguir o exemplo de De Clerk na África do Sul, libertando Xanana Gusmão, que é reconhecido internacionalmente como o dirigente do movimento de Timor Leste. (...).

S: E então?

A: Isto significa que deveríamos iniciar conversações com o movimento de Timor Leste. (...). Estas negociações podiam ser mediadas por alguém com autoridade em Timor, como o Bispo Belo. Mas não dialoguem com um aventureiro como Abílio Araújo, como se se tratasse de um representante de Timor Leste. Isto só irá depreciar a posição dos timorenses. (...).

S: Mas a versão até agora tem sido a de que eles querem ficar connosco.

A: Se isso é verdade, então não deveríamos ter receio de fazer um referendo. Se é verdade que os timorenses querem ficar na Indonésia, o governo indonésio não deveria recear um referendo. (...).

S: Suponha que havia um referendo e que a maioria optava por ficar na Indonésia, digamos 60%. Será que os 40% estariam dispostos a reconhecer o resultado?

A: Isso é uma questão académica. Duvido que 60% quisessem ficar com a Indonésia. Eles já sabem muito sobre nós. Por exemplo, o que é que seria mais eficaz para eles: usar todo o petróleo do «Timor Gap» para desenvolver Timor Leste ou, se fossem parte da Indonésia, ter de pedir uma quota-parte nos lucros confiados ao centro? Seria de longe melhor para eles utilizarem os seus recursos para desenvolver o seu país. (...).

Se os timorenses se tornassem independentes e prósperos, isso teria uma influência positiva sobre os seus vizinhos. (...)."

O "AMIGO INVISIVEL"

A Comissão "Liberdade para Xanana, Liberdade para Timor" assinalou o 2º aniversário da prisão de Xanana Gusmão com o lançamento de uma campanha de apoio aos presos políticos timorenses, designada de "O Amigo Invisível". A apresentação pública da campanha realizou-se no Espaço "Por Timor".

Numa primeira fase, a campanha dirige-se essencialmente aos estudantes do ensino secundário. Muitas escolas espalhadas pelo país foram contactadas para aderirem à iniciativa. Durante 5 meses (até ao fim do segundo período escolar), os alunos aderentes irão, com o apoio dos respectivos professores, proceder ao envio regular de cartas para as três prisões (Cipinag, Sumarang e Kupang) onde estão actualmente os poucos timorenses cuja detenção é reconhecida pela Indonésia.

Experiências anteriores da Comissão (casos da campanha de bilhetes postais para Xanana há um ano e do envio de flores no seu aniversário, em Junho último) permitem concluir sobre o impacto positivo de iniciativas deste tipo. Os presos foram já informados e embora sem expectativas exageradas, há probabilidade de parte das correspondências chegarem ao destino. Muito dependerá dos "humores" das autoridades prisionais, mas principalmente da envergadura que a campanha possa adquirir.

Mesmo que isso não suceda ela fará, no mínimo, sentir a Jacarta a importância que a opinião pública dá à questão e ajudará por essa via a reduzir o arbítrio e a violência dos carcereiros. A iniciativa está a ser articulada com diversas ONG indonésias de Direitos Humanos contactadas para o efeito e deverá no futuro estender-se a outros apoios - envio de livros, assinatura de jornais, etc. - e abranger também os presos políticos indonésios.

Se quiser ser um "Amigo Invisível", contacte a CDPM: temos a lista dos presos e os endereços das prisões.

EUA: BUSH FRUSTRADO

De visita à Austrália, o ex-presidente norte-americano George

Bush surpreendeu o mundo ao manifestar publicamente a sua frustração pela falta de progressos na situação dos direitos humanos em Timor Leste.

Confrontado pelos jornalistas com a questão, Bush "*expressaria uma certa frustração por nada ter sido feito*". E acrescentaria: "*Não é como uma agressão de um Estado contra outro Estado. Nunca soube qual deveria ser o papel dos EUA excepto insistir com os indonésios para serem mais generosos e implementarem as resoluções da ONU. (...). Ainda ontem tivemos miúdos à porta do nosso hotel em manifestação e o nosso coração estava com eles.*" (*The Australian*, 24/11/94).

NOVA ZELÂNDIA: FALSIDADES

Uma delegação parlamentar neozelandesa, que nos princípios de

Novembro se deslocou a Timor Leste, condenou unanimemente a situação dos direitos humanos no território.

A visita efectuou-se a convite do governo indonésio e surgiu na sequência da assinatura por 51 parlamentares da Nova Zelândia (mais de 50% do total) de uma petição protestando contra a situação dos direitos humanos naquele território.

Antes de partirem para Díli os deputados encontraram-se com Alatas que se afirmou desapontado com as percepções existentes no estrangeiro sobre a situação dos direitos humanos em Timor. O ministro garantiu à delegação que poderia falar com quem quisesse e que não haveriam medidas de retaliação depois dos deputados partirem. "*É falso as pessoas serem perseguidas só por falarem*", afirmou. (*The Dominion*, 28/10/94).

As declarações, porém, do chefe da delegação, o ministro sem pasta Roger McClay, após a sua chegada a Wellington devem ter desapontado mais uma vez o ministro indonésio. Depois de ter dado a conhecer os resultados da missão ao MNE neozelandês, McClay disse aos jornalistas que, embora a delegação não tivesse recomendado o corte das trocas comerciais ou o fim dos exercícios militares conjuntos com a Indonésia, as violações dos direitos humanos eram evidentes. O ministro exemplificou dizendo que era impossível falar com um timorense num lugar público sem este se pôr logo a olhar constantemente por cima do ombro.

FINLÂNDIA: ESCONDER AS ARMAS

Segundo divulgou o Comité dos 100 - uma plataforma de ONG

finlandesas que se dedicam aos problemas da paz e do desarmamento - as licenças para as empresas finlandesas exportarem armamento para a Indonésia teriam sido canceladas. Razão invocada: obter esclarecimentos.

As companhias abrangidas são a *Vihtavuori oy*, que pretendia exportar 200.000 espoletas para granadas de mão, e a *Nokia Telecommunications* com sistemas balísticas para artilharia. O valor destas encomendas aproximava-se dos 20 milhões de dólares americanos.

Para o Comité dos 100 o cancelamento deve-se ao facto de a ministra da Defesa ser candidata a um cargo de direcção na UNESCO e recear que a autorização das exportações no actual contexto possa prejudicar a sua eleição.

A questão das exportações de armas para a Indonésia foi levantada no parlamento finlandês em 17 de Novembro, tendo o ministro do Comércio Externo argumentado que exportações semelhantes já tinham sido feitas antes sem questionamento e que a situação na Indonésia não mudara desde então.

TIMOR LESTE: UM POVO, UMA PATRIA

Através da escrita de um homem, o percurso do pensamento político da Resistência timorense. Através de uma parcela autobiográfica, a história da formação dos quadros e dos partidos políticos, a luta dos guerrilheiros por se manterem vivos e fieis ao seu ideal de Pátria libertada. É uma parte integrante e importante da História de Timor Leste, o livro que acaba de ser lançado em Portugal, com textos de Xanana Gusmão, escritos entre 5 de Outubro de 1989 e 1 de Novembro de 1994.

São os últimos cinco dos quase vinte anos de ocupação indonésia. Este período consagra uma viragem ideológica e organizativa profundas, uma constante aprendizagem a partir da realidade vivida e das condições impostas pelo inimigo. Através de mensagens e cartas, sentimos e compreendemos melhor como se transformaram as FALINTIL, como cresceu a Frente Clandestina a que a juventude educada no sistema colonial indonésio deu corpo, como se ampliou a simbiose com a população, tratada como estrangeira na sua própria terra, como se forjaram, a custo, os laços de identidade e trabalho político com a frente diplomática, como se abriram as portas à sociedade indonésia e à solidariedade com os movimentos democráticos no seio do regime ditatorial.

As páginas autobiográficas remetem para ambientes e histórias que começam logo a seguir à II Guerra Mundial (1946) e chegam até 1981, ano da reorganização completa da Resistência. Aí encontramos o Portugal colonial, em muitas das suas facetas marcantes, mas longe dos julgamentos sumários dos que o classificam como "bom" ou "mau". É um reencontro profundo, através das pequenas histórias e observações sobre o quotidiano que podem dizer muito do que se passa até hoje.

DIRECTOR: António Pinto Pereira PROPRIETÁRIO: Comissão para os Direitos do Povo Maubere SEDE: R. Pinheiro Chagas, 77-3º E, 1050 Lisboa, Tel.: 352 8718, Fax: 353 4009
E-mail: cdpm@gn.apc.org IMPRESSÃO: Grafis, Coop. de Artes Gráficas TIRAGEM: 1.000 ex. ASSINATURA ANUAL: 1.500$00 REGISTO DGCS nº 112094 DEP. LEGAL: nº 25317